

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL
CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2025**

**ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL
SECCIONAL DA CAGE JUNTO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual, na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e de acordo com o Decreto nº 56.703, de 28 de outubro de 2022, disciplinado pela Instrução Normativa CAGE nº 6, de 31 de outubro de 2022, nos manifestamos sobre a execução orçamentária e atos de gestão do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, no exercício de 2025.

O presente relatório tem como objetivos: (i) evidenciar as principais alocações de despesas na execução orçamentária; (ii) avaliar a gestão dos recursos, incluída a análise quanto à aplicação de recursos vinculados; (iii) avaliar a gestão dos principais programas de governo e os resultados alcançados; (iv) avaliar os controles administrativos, identificando eventuais riscos; (v) destacar as boas práticas administrativas e seus impactos no desempenho do órgão; (vi) destacar as inconformidades capazes de, individual ou conjuntamente, comprometer os resultados, informando as eventuais providências adotadas, em andamento ou planejadas.

Os valores da despesa executada nos anos de 2024 e 2025, apresentados ao longo deste relatório, foram atualizados pelo IPCA/IBGE até 31 de dezembro de 2025.

1. PRINCIPAIS ALOCAÇÕES DE DESPESAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Neste tópico serão apresentadas as principais alocações de despesa na execução orçamentária do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Os números serão demonstrados, inicialmente, por uma visão geral conforme o agrupamento em categorias econômicas e grupos de natureza da despesa.

Após a apresentação da despesa executada por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, a fim de destacar as escolhas alocativas promovidas pela gestão, propõe-se a evidenciação das principais despesas sem considerar o grupo “pessoal e encargos sociais”.

Divisão de Controle Orçamentário – DCO

Avenida Mauá, 1155, sala 405-A – CEP 90030-080 – Porto Alegre – RS – (51) 3214.5240

Com base nessa metodologia, os números serão apresentados em função de suas rubricas orçamentárias (desdobramento do elemento de despesa) e dos fatos contábeis, além de informações relacionadas à exigência de prestação de contas posterior; por fim, há a identificação da forma de contratação que originou os montantes de despesa executada (licitação, contratação direta ou nenhum procedimento).

1.1 Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa

No ano de 2025, o total da despesa empenhada pelo Tribunal de Justiça Militar foi de R\$ 70,14 milhões, o que representa incremento real de 7,20% comparativamente ao total de despesa executada no exercício anterior, R\$ 65,43 milhões. A distribuição segundo as respectivas categorias econômicas e grupos de natureza da despesa é evidenciada na tabela a seguir:

07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO							
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA							
Categoria	Ano	2024*		2025*			
		Grupo	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais			65,43	100,00%	70,14	100,00%	7,20%
	Totais		65,08	99,46%	69,69	99,36%	7,09%
	01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		52,41	80,10%	52,85	75,35%	0,85%
	02 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		-	0,00%	-	0,00%	-
3 - DESPESA CORRENTE	03 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12,67	19,37%	16,84	24,01%	32,87%
	Totais		0,35	0,54%	0,45	0,64%	27,88%
	04 - INVESTIMENTOS		0,35	0,54%	0,45	0,64%	27,88%
	05 - INVERSOES FINANCEIRAS		-	0,00%	-	0,00%	-
4 - DESPESA DE CAPITAL	06 - AMORTIZACAO DA DIVIDA		-	0,00%	-	0,00%	-

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhões

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

Com base nas informações da tabela acima, identifica-se que o grupo Pessoal e Encargos Sociais teve a maior representatividade entre as despesas executadas pelo órgão, atingindo o montante de R\$ 52,85 milhões (75,35% do total), com incremento de 0,85% em relação aos valores do exercício anterior nesse grupo de despesa.

A maior variação ficou por conta do grupo Outras Despesas Correntes, ao atingir R\$ 16,84 milhões empenhados, 32,87% superior à execução orçamentária do ano de 2024.

1.2 Execução da Despesa – Principais Rubricas Orçamentárias (Desdobramento do Elemento)

Uma vez desconsideradas as despesas com pessoal e encargos sociais do período, as cinco rubricas orçamentárias com os maiores montantes em termos de valores empenhados no exercício de 2025 atingiram o total de R\$ 11,65 milhões ou 67,42% da execução orçamentária desse conjunto de despesas, que estão demonstradas na tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - TOP 5 RUBRICAS

Ano	2024*			2025*		
	Rubrica	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
	Totais	13,02	100,00%	17,29	100,00%	32,73%
9343 - INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	3,70	28,41%	6,39	36,96%	72,69%	
4601 - AUXILIO-REFEICAO - RPPS	1,57	12,09%	1,90	11,02%	20,93%	
0812 - AUXILIO SAUDE ATIVOS E INATIVOS	1,28	9,86%	1,72	9,96%	34,00%	
4011 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	1,02	7,84%	0,98	5,65%	-4,37%	
0815 - CONTRIBUICAO AO IPE SAUDE - ATIVOS	0,67	5,14%	0,66	3,84%	-0,93%	
SUBTOTAL - 5 MAIORES DESPESAS	8,25	63,34%	11,65	67,42%	41,27%	
Outros	4,77	36,66%	5,63	32,58%	17,97%	

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhões
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

A rubrica indenização por atraso da remuneração, referente a valores retroativos indenizatórios pagos aos magistrados a título de PAE – Parcela Autônoma de Equivalência, conforme decisão do STF, apresentou o maior valor empenhado, R\$ 6,39 milhões, que representou 36,96% do total. As despesas com Auxílio-Refeição-RPPS (R\$ 1,90 milhão), Auxílio Saúde Ativos e Inativos (R\$ 1,72 milhão), Suporte de Infraestrutura de Tecnologia de Informação (R\$ 980 mil) e Contribuição ao IPE Saude (R\$ 660 mil) completam a lista das cinco rubricas com maiores montantes empenhados. As demais despesas do órgão, somadas, perfizeram R\$ 5,63 milhões, representando 32,58% do total executado nesse conjunto de despesas.

1.3 Execução da Despesa – Principais Fatos Contábeis

As cinco maiores alocações de despesas segundo os respectivos fatos contábeis no exercício de 2025, somadas atingiram R\$ 16,92 milhões, que representaram 97,87% do total, excluídas as despesas do grupo pessoal e encargos sociais, estão representadas na tabela abaixo.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - MAIORES 5 - FATOS CONTÁBEIS

Ano	2024*			2025*		
	Fato Contábil	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
	Totais	13,02	100,00%	17,29	100,00%	32,73%
0061 - FOLHAS DE PESSOAL	7,39	56,76%	10,87	62,87%	47,02%	
0147 - FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2,86	21,93%	3,65	21,11%	27,79%	
0431 - CONTRIBUICOES AO IPE SAUDE	-	0,00%	1,14	6,60%	-	
0040 - FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVICOS - NACIONAL	1,11	8,56%	0,98	5,68%	-11,90%	
0046 - LOCACAO DE IMOVEIS	0,24	1,86%	0,28	1,61%	15,30%	
SUBTOTAL - 5 MAIORES DESPESAS	11,60	89,10%	16,92	97,87%	45,80%	
Outros	1,42	10,90%	0,37	2,13%	-74,05%	

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhões
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

Sob a ótica dos fatos contábeis, a tabela acima demonstrou que Folha de Pessoal foi o fato contábil que atingiu o maior montante, R\$ 10,87 milhões (62,87% do total). Destacamos

que aqui (folha de pessoal) o valor não se refere à folha comum de pagamento, mas sim a valores indenizatórios retroativos pagos aos magistrados (já mencionados no item anterior), bem como juros decorrentes do atraso desses pagamentos. Já o Fornecimento de Bens e Serviços Contínuos (R\$ 3,65 milhões), Contribuições para o IPE Saúde (R\$ 1,14 milhão), Fornecimento de bens e/ou serviços – Nacional (R\$ 980 mil) e Locação de Imóveis (R\$ 280 mil) completam a lista dos cinco maiores fatos contábeis utilizados pelo TJM-RS. Os demais fatos contábeis, somados, perfizeram R\$ 370 mil, representando 2,13% desse conjunto de despesas executadas.

1.4 Execução da Despesa e a Prestação de Contas Posterior

Dos R\$ 17,29 milhões empenhados no ano de 2025, R\$ 191,07 mil (1,11%) constituem despesas que demandam posterior prestação de contas acerca da aplicação dos recursos, conforme evidencia a tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO				
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - FATOS CONTÁBEIS E A EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS POSTERIOR				
Ano	2025*			
Exige prestação de contas	Empenhado	Análise Vertical (%)	Quantidade Processos	Análise Vertical (%)
Totais	17,29	100,00%	305	100,00%
SIM	0,19	1,11%	67	21,97%
NÃO	17,10	98,89%	238	78,03%

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhões

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

Esses 67 processos que exigiam prestação de contas posterior tiveram suas respectivas baixas realizadas na totalidade, sendo realizado exame amostral de alguns desses expedientes.

No que se refere aos fatos contábeis que exigem posterior prestação de contas, ou seja, aqueles em que os recursos orçamentários são repassados anteriormente à execução do objeto, a tabela abaixo trata de destacar a ordem decrescente de valores empenhados no ano de 2025.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO					
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - FATOS CONTÁBEIS QUE EXIGEM PRESTAÇÃO DE CONTAS					
Ano	2024*		2025*		
Fato Contábil	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	0,15	100,00%	0,19	100,00%	28,83%
0131 - DIARIAS	0,07	48,66%	0,14	71,57%	89,49%
0060 - ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	0,08	51,34%	0,05	28,43%	-28,65%

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhões

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

Extrai-se das informações acima que as diárias a servidores representaram os maiores valores empenhados entre as alocações que demandaram prestação de contas futuras (R\$ 136,74 mil), representando 71,57% desse conjunto de despesas.

1.5 Execução da Despesa e as Formas de Contratação

A tabela abaixo destaca as formas de contratação relativas aos valores empenhados no exercício de 2025, excluídas as despesas com pessoal e encargos.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO					
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA E FORMA DE CONTRATAÇÃO					
Ano	2024*		2025*		
Formas de Contratação	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	13,02	100,00%	17,29	100,00%	32,73%
Nenhum Procedimento	8,95	68,72%	12,76	73,80%	42,53%
Dispensa	2,04	15,67%	2,17	12,55%	6,34%
Licitado	1,88	14,45%	2,03	11,75%	7,93%
Inexigibilidade	0,15	1,16%	0,33	1,90%	117,75%

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhões

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

Os empenhos originados de contratações sem nenhum procedimento lideram as modalidades com execução na ordem de R\$ 12,76 milhões. Essa peculiaridade decorre do caráter predominantemente pessoal das despesas realizadas pelo órgão.

Os dispêndios via dispensa totalizaram R\$ 2,17 milhões. Já as despesas realizadas por meio de licitação somaram R\$ 2,03 milhões. Por fim, em menor grau, aparecem as despesas executadas por inexigibilidade de licitação.

Sobre as contratações diretas efetuadas no exercício de 2025, seja por meio de dispensa ou inexigibilidade, cumpre ressaltar que houve análise dessas contratações por essa Seccional, na etapa do empenho da despesa, e não foram identificados óbices dotados de criticidade e relevância capazes de impedir o prosseguimento das contratações.

2. GESTÃO DOS RECURSOS

As principais fontes de recursos utilizadas pelo Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul no ano de 2025 estão evidenciadas na tabela que segue totalizando R\$ 17,29 milhões empenhados (excluído o grupo das despesas com pessoal e encargos).

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - MAIORES RECURSOS UTILIZADOS

Ano	2024*		2025*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	13,02	100,00%	17,29	100,00%	32,73%
0011 - RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODERES	8,57	65,82%	12,05	69,72%	40,59%
2002 - TR REC VINC P/LEI-PJ	4,45	34,18%	5,23	30,28%	17,59%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhões
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

Vê-se que o recurso do Tesouro utilizado por outros Poderes, de natureza livre, foi a principal fonte para a execução desse conjunto de despesas no TJMRS, com valores empenhados na ordem de R\$ 12,05 milhões, representando 69,72% do total, bem como um incremento de 40,59% frente ao apurado do exercício anterior.

3. GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução das despesas no âmbito do Tribunal de Justiça Militar, sob a perspectiva dos programas de governo desenvolvidos, é apresentada na próxima tabela, excluindo o grupo de despesas com pessoal e encargos sociais. Destaque para os cinco projetos/atividades com os maiores valores empenhados, que somados atingiram o montante de R\$ 16,04 milhões.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOP 5 PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS

Ano	2024*		2025*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	13,02	100,00%	17,29	100,00%	32,73%
8117 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO JME FORA DA UPD	2,46	18,91%	4,07	23,57%	65,46%
8471 - PAGAMENTO DE AUXÍLIOS A PESSOAL ATIVO - JME	3,16	24,27%	3,84	22,20%	21,43%
2071 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - JME	1,78	13,69%	3,00	17,35%	68,17%
6219 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS - JME	2,23	17,16%	2,67	15,46%	19,56%
3902 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE TIC	2,16	16,57%	2,46	14,24%	14,06%
SUBTOTAL - 5 MAIORES DESPESAS	11,80	90,60%	16,04	92,82%	35,98%
Outros	1,22	9,40%	1,24	7,18%	1,40%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhões
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2025

Com base nos dados acima, observa-se que o projeto Encargos com Inativos e Pensionistas do JME Fora da UP ocupa a primeira colocação, com valores executados de R\$ 4,07 milhões. Esse projeto abarca a rubrica de indenização por atraso na remuneração, já descrita anteriormente. Em seguida, destaca-se o projeto Pagamentos de Auxílios a Pessoal Ativo – JME, com R\$ 3,84 milhões, que engloba os pagamentos de auxílios funerários. Na sequência, figura o projeto Remuneração de Pessoal – JME, com R\$ 3,00 milhões, referente a valores indenizatórios retroativos pagos aos magistrados, já mencionados anteriormente.

4. INCONFORMIDADES

No exercício sob exame não foram identificadas inconformidades capazes de afetar o atingimento dos resultados esperados pelo Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 27 de abril de 2026.

Equipe de Auditoria:

Andrea Silva da Cunha
Analista tributário da Receita Estadual
ID: 2834928/01

Clóvis Cassiano Urnau,
Analista tributário da Receita Estadual
ID: 2868890/01

Moacir Fernandes,
Auditor do Estado
ID: 3376621/02

Diego Rafael de Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.

PARECER DE AUDITORIA CAGE/DCO Nº 13/2026
CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2025
ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, de acordo com o Decreto nº 56.703, de 28 de outubro de 2022, disciplinado pela Instrução Normativa CAGE nº 6, de 31 de outubro de 2022, examinamos os documentos constantes no sistema e-TCERS (Protocolo nº 787763 no processo 001230-0200/25-4) relativos às Contas Ordinárias de Maria Emília Moura da Silva (período 01/01/2025 a 31/12/2025), Ordenadora Primária das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

Nossos exames incluíram: (a) o acompanhamento da execução orçamentária da despesa durante o exercício; (b) a verificação prévia, concomitante e subsequente dos atos da execução orçamentária e extraorçamentária; (c) o controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes, convênios e contratos; (d) o confronto das prestações de contas com os documentos comprobatórios; e (e) as auditorias realizadas.

Em nossa opinião, à vista do relatório que acompanha este parecer e que, para todos os efeitos, dele é parte integrante, as Contas Ordinárias da Administradora representam adequadamente a execução orçamentária e o resultado das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Porto Alegre, 27 de abril de 2026.

Diego Rafael de Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.